



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
PRIVADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DO BAIRRO, REALIZADA NO DIA
27 DE NOVEMBRO DE 2020**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se pelas nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Maria Helena Simões da Rocha Soares e Almerinda Nogueira Belchior, a reunião extraordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 41.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

.....
Pelo Vice-Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião.....

.....
De imediato procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2021 E MAPA DE PESSOAL.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Helena Soares e Almerinda Belchior...

O **Presidente da Câmara**, deu nota que o prazo para a apresentação do assunto, tinha sido dilatado até dia 30 de novembro e assim também ficou definido que no ano de 2021, também será essa a data de apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Referiu que o documento continha muitos mapas, por forma a ser mais perceptível para todos e na nota explicativa do mesmo eram transpostas as sugestões e indicações da DGAL, para os anos seguintes.

Afirmou que pela primeira vez aparecia receita prevista para anos seguintes, que não o ano em análise, assim como também aparecia despesa para além do PPI e do PAM.

Informou que também na nota técnica do documento era claramente explicado que tinha sido assumido aquilo que realmente estava comprometido nas despesas e no PPI estavam os projetos e as situações que estavam já definidas.

Sobre as demonstrações financeiras provisionais, disse que havia uma novidade, em que todos tinham dificuldades em perceber se seria assim ou não, contudo constavam todas as premissas da elaboração na nota técnica.



Oliveira do Bairro câmara municipal

No que diz respeito à despesa corrente disse que o pessoal não era mais do que o reflexo das políticas que têm vindo a seguir, assim como dos compromissos que se têm assumido e acima de tudo, porque se estava a preparar para a assunção das delegações de competências no final do ano de 2021.

Relativamente à educação e à responsabilidade do Município, deu nota que no presente ano teve um reforço de recursos humanos e que se antevia que no futuro houvesse um aumento de despesa nessa área, mais concretamente com a alimentação, resultante da aceitação da delegação de competências.

Disse que fruto da modernização e da evolução dos serviços, há a necessidade de colocação e renovação de quadros técnicos, nomeadamente na área social, na educação e na área geográfica...

Afirmou que era o orçamento que tinha maior previsão de transferências, para famílias e entidades, fruto do que se vivia na atualidade, mantendo o que tinha sido deliberado no decorrer do presente ano, relativamente aos apoios sociais, à habitação e à atividade comercial.

Referiu que o Município iria manter a sua senda de investimentos, sendo que a área saúde iria ser um dos pontos fulcrais, com a execução de duas Unidades de Saúde Familiar, que estavam em fase de construção, e que no ano de 2021 estariam concluídas.

Disse que as zonas industriais, continuavam a ser um dos grandes objetivos do Executivo, tendo uma grande fatia do orçamento que se dilatava ao longo dos anos, porque não só a Zona Industrial de Vila Verde que tinha que ter intervenção, havendo já muitos terrenos adquiridos para a expansão da Zona Industrial da Palhaça, para a Zona Industrial de Bustos havia uma requalificação a iniciar-se com a sua ampliação e a para a Zona Industrial de Oiã, também estava prevista ampliação, estando por isso feita a projeção para essa área.

Deu nota que estavam a decorrer as negociações com a família, proprietária dos terrenos onde se realiza a Feira de Bustos, para que definitivamente se adquira a propriedade.

Falou também da requalificação viária, sendo que a prioridade estava nos eixos centrais e depois se passaria a tratar dos eixos secundários.

Disse que também estava em concretização a última PARU de requalificação, no centro da cidade, estando também projetada a requalificação da zona envolvente à igreja matriz e estava-se a preparar tudo para tratar a Avenida Abílio Pereira Pinto.

Reportando-se à área da saúde, nomeadamente na Freguesia de Oiã, que tem uma Unidade de Saúde Familiar que carecia de renovação e assim estava contemplada a requalificação da mesma. .

Ainda relativamente à Freguesia de Oiã, recordou que estavam dois projetos em andamento, dando nota que já tinham chegado a bom porto nas conversações com proprietários da zona envolvente ao parque de estacionamento subterrâneo, sendo assim possível começar a tratar das outras circunstâncias, estando por isso previsto um desafio lançado a várias entidades, para a requalificação de toda a zona central da Vila de Oiã.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Fez referência à requalificação da ESOB, que estava a aguardar financiamento por parte da Tutela, contudo estava tudo adjudicado para se proceder à remoção do amianto lá existente, estando-se apenas à espera de autorização das entidades competentes para que se avance com a remoção e logo que venha o financiamento por parte da Tutela, era uma questão de puxar o investimento previsto no PPI e concretizá-lo.

No que diz respeito ao Quartel da GNR em Oliveira do Bairro, deu nota que os projetos estavam efetuados, desde o mês de outubro tendo sido enviados para o Ministério da Administração Interna e para a GNR, estando assim concretizado o primeiro compromisso assumido entre o Município e a Tutela, sabendo que por parte da GNR os projetos estavam aprovados, faltando apenas o aval, por parte do Ministério da Administração Interna, ao investimento que rondava os novecentos mil euros. Acrescentou que numa segunda fase, seria celebrado um acordo de execução, em que a Tutela iria suportar a totalidade da obra, sendo que o Município iria suportar a fiscalização e o acompanhamento da obra, à semelhança do que tem acontecido noutras obras.

Deu nota a verba não constava na receita porque ainda não havia contrato assinado, contudo constava no PPI, porque existia o acordo verbal, entre o Secretário de Estado e o Município de que a obra decorresse durante o ano de 2021.

Na área do ambiente existiam investimento e projetos grandes, outro investimento que teria o seu início no princípio do ano de 2021 era a colocação de abrigos nas paragens dos autocarros, um trabalho que não tinha sido fácil de concluir devido a vários fatores, muitos deles alheios à Câmara. Reportando-se ao tecido associativo, referiu que havia um reforço essencialmente para investimentos que as associações pretendam efetuar.

O **Vereador António Mota**, disse ter dificuldade em fazer pronúncia sobre o documento, porque tratando-se do documento para o Município, o tempo para uma análise séria ao mesmo, foi muito curto. Afirmou que certamente os grupos políticos tiveram mais tempo de análise e reflexão, porque do direito que lhes assiste, ao direito da oposição foram chamados, tiveram conhecimento e foram esclarecidos sobre o documento, contudo a sua pessoa, Vereador António Mota, não foi chamado para esse direito de oposição e por isso não teve conhecimento do documento atempadamente.

Referiu que tinha sido enunciado um conjunto de obras, mas quem analisasse a parte inicial do documento e depois se focasse na análise e nos números do plano de investimentos, para 2021 e anos seguintes, verifica que as verbas eram residuais para cada um dos projetos enunciados, o que não dava a garantia ao início de execução das obras no ano de 2021.....

Afirmou que o presente documento era ótimo para se fazer uma política daquilo que era pretendido fazer, mas não se chegava a fazer.

Reportando-se à requalificação da Avenida Abílio Pereira Pinto, que tem previsto uma verba de mil euros, disse que já se adivinhava qual ia ser a parangona nos meios de comunicação social, assim



Oliveira do Bairro câmara municipal

como para a requalificação da Extensão de Saúde de Oiã, com uma verba prevista de três mil euros, reiterando que esses valores não davam garantias de execução das obras.

Reportando-se à receita, disse que lhe dava a sensação que os valores não estavam corretos, porque o total das receitas correntes, adicionado ao total da receita de capital, não dava o total apresentado no documento, que pelas suas contas havia uma diferença de cerca de um milhão de euros. Acrescentou que também o somatório das percentagens, lhe pareciam não estar corretas.....

Afirmou que cada vez estava mais convicto que ninguém lia os documentos, desde os técnicos aos responsáveis, porque era lamentável que existissem erros dessa natureza num documento importante como o que estava a ser apresentado.

O **Presidente da Câmara**, solicitou de imediato que os mapas referidos fossem corrigidos, pedindo desculpa pelo erro, agradecendo ao Vereador António Mota a correção.

O **Vereador António Mota**, afirmou que perante o erro detetado, nada lhe garantia que não houvesse mais erros no documento, sendo motivo suficiente para suspender a presente reunião, de forma a ter mais tempo de análise ao documento.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que os documentos e mapas seguintes eram feitos eletronicamente pelo sistema informático, apenas os mapas que continham o erro, tinham valores introduzidos manualmente.

Assegurou que os mapas seguintes, estavam corretos, pois era o sistema informático que os realizava.

O **Vereador António Mota**, referiu que se tratava de um mapa, que era a base de trabalho do orçamento e se o erro não fosse detetado, quando o documento chegasse à Assembleia Municipal seria uma vergonha.....

Disse que perante a situação, a credibilidade do documento, para si continuava a não existir e para que não acontecessem situações, como as que já tinham acontecido em anos anteriores, vota contra o documento apresentado.....

Afirmou que o documento tinha uma carga política muito grande, porque tudo era anunciado, mas depois na parte da execução os valores apresentados eram irrisórios, o que demonstrava que não era intenção executar.....

Fez referência aos termos utilizados no documento, dando o exemplo da requalificação da EM 596 em que anteriormente era referida a reabilitação da EM 596, achando estranho essa alteração dos termos.....

Referiu que também o documento não demonstrava o grande projeto que alguém estaria a desenvolver, que se prendia como tal plano estratégico, questionando qual era o ponto de situação da elaboração desse plano, que segundo informações dadas pelo Presidente da Câmara, alguém o estaria a elaborar e que deve ter custos associados.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Presidente da Câmara**, solicitou ao Vereador António Mota que concluísse a sua análise ao documento, uma vez que o tempo regimental já tinha sido ultrapassado.

O **Vereador António Mota**, disse que na análise de documentos importantes e complexos como o que se estava a analisar, os Vereadores deveriam ter mais tempo de intervenção.

A **Vereadora Helena Soares**, disse que não percebia, como é que para assuntos tão importantes a documentação seja entregue com tão pouca antecedência.

Referiu que estava presente para desempenhar, com todas as suas capacidades, o papel que lhe tinha sido confiado pelos munícipes, mesmo que em regime de substituição, mas teriam que ser dadas condições mínimas, para o conseguir fazer, o que não tinha sido manifestamente o caso.

Afirmou que considerava mesmo um desrespeitoso para com os Vereadores da oposição, por todos os que os elegeram e até mesmo pelo presente órgão.

Deu nota que não tinha condições para desempenhar as suas funções, com o sentido de responsabilidade que se exige e na impossibilidade de a reunião ser adiada, iria votar contra todos os pontos constantes na presente ordem de trabalhos.

A **Vereadora Almerinda Belchior**, entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve na sua íntegra;.....

“Após ter feito uma breve análise do documento apresentado, pois breve também foi a oportunidade dada, vejo que este orçamento continua um conjunto de intenções, avulsas, que na prática pouco diferem do ano anterior. Desta forma, a intervenção da UPOB relativamente ao orçamento anterior está tão atual como o presente orçamento.

Felizmente, e ainda bem, começaram as obras da Unidade de Saúde Familiar da Palhaça e muito recentemente a Unidade de Saúde da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, os meus parabéns. No entanto, não posso deixar de alertar para que sejam acauteladas, nestas mesmas obras, situações que se velicaram necessárias nesta pandemia e para as quais os nossos edifícios não estavam preparados. Também espero que estas mesmas obras estejam adaptadas às nossas condições edafo-climáticas e não aconteça o que tem acontecido com os polos escolares.

Relativamente a rede viária do concelho, a intervenção das vias deveria ser integrada numa lógica de planeamento e estudo da circulação de pessoas e bens, no município e entre municípios, por forma a potenciar um trânsito seguro, fluído e economicamente atrativo para as pessoas e empresas e não apenas pelo estado dessas vias. Nas intervenções até agora feitas é visível a perda de oportunidade de infraestruturas como ciclovias e ligações pedonais entre os centros urbanos e as zonas florestais por forma a visar a qualidade de vida que os munícipes precisam, merecem e até o orçamento prevê. É verdade que enfrentamos uma Pandemia, que os tempos são muito difíceis, que enfrentamos dificuldades que assolam o mundo de século a século pondo-nos à prova, mas também dando-nos a oportunidade e a ousadia de resolução e, muito importante, na minha modesta opinião, a



Oliveira do Bairro câmara municipal

oportunidade de aprender com a situação.....
Estava à espera de ver espelhado neste orçamento medidas concretas de apoios ao turismo, à restauração, ao comércio local, às Associações de Ação Social fazendo referência ou esperando a oportunidade de as integrar nos fundos da tão falada Bazuca, como forma de as potenciar. Muito sinceramente, no ano de 2021 não estou preocupada com o investimento no Palácio da Justiça e na requalificação do Quartel da GNR (que muito necessita). Preocupa-me as pessoas e a forma como vão conseguir sobreviver, que vida vão ter durante estes tempos e como estarão quando a Pandemia “passar”.
O voto contra representa a discordância com algumas das opções tomadas e é principalmente um alerta para a contínua indefinição do concelho relativamente ao rumo a tomar e à qualidade de vida dos munícipes.”
Solicitou esclarecimento, relativamente à implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas, no Parque dos Pinheiros Mansos e à recuperação do ambiente, ordenamento do território e diminuição dos riscos de incêndios.....
O **Presidente da Câmara**, reportando-se ao saldo de gerência, abordado pelo Vereador António Mota, recordou que tinha havido uma alteração à lei, que permitia a introdução do mesmo, imediatamente após a sua aprovação no órgão deliberativo, não precisando de aguardar a aprovação de contas, normalmente feito em abril e assim a partir de janeiro o valor podia ser incluído.
Pedi mais uma vez desculpa pela gralha no documento.....
Relativamente às regras de apresentação dos documentos, disse que todos os partidos tinham sido chamados, menos o Vereador António Mota, agora independente, e foram chamados no mês de outubro, há mais de um mês, ou seja, o documento atual e a sua pré-apresentação tinha sido efetuada e por isso tinha algumas dificuldades em entender a escusa por não terem tido tempo de análise. Afirmou que tudo tinha sido feito, conforme estava previsto na lei e por isso entendia que não tinha havido qualquer tipo de falta de respeito.
Relativamente aos outros pontos constantes na ordem de trabalhos, disse não entender qual tinha sido a diferença temporal porque, conforme o regimento da Câmara Municipal, os documentos tinham seguido dentro do prazo previsto.
No que diz respeito às alterações climáticas, esclareceu que a revitalização do espaço envolvente aos Pinheiros Mansos, tinha sido baseada numa das premissas que era a recuperação dos recursos lá existentes. Referiu que os trabalhos efetuados se reduziam à execução de caminhos e um ou outro tratamento par que os espaços naturais sejam relvados, mantendo Acima de tudo o habitat natural do espaço.
Informou que o Município de Oliveira do Bairro, era um dos que mais tem apostado no tratamento ambiental, dando o exemplo da aquisição de oito mil e quinhentos mini ecopontos para serem



Oliveira do Bairro câmara municipal

colocados na habitação de cada munícipe.

Sobre o ordenamento florestal, recordou que tinha já sido aprovado o Plano de Defesa da Floresta do Município, e tem havido intervenções todos os anos, nessa área, não só na manutenção de algumas linhas de proteção de incêndios, mas também no próprio ordenamento.

Deu nota que o Município de Oliveira do Bairro, juntamente com os outros Municípios da Região, encetaram o processo do cadastro simplificado, que iria permitir retirar alguma burocracia em muitos processos, permitindo por sua vez agilizar os processos de ordenamento.

Reportando-se às requalificações das vias, disse que não concordava com a Vereadora Almerinda Belchior, quando referiu que nada era feito relativamente aos terrenos, porque, como era do conhecimento de todos, muitas das tentativas do Município para criar infraestruturas ao longo, por exemplo da EM 596, eram difíceis quando apareciam heranças indivisas, quando estavam vontades das pessoas. Acrescentou que sempre que tem sido possível têm sido criados passeios, têm sido feitos os tratamentos das águas pluviais.

Recordou que quando tinha chegado ao Município, havia um projeto de decisão para pavimentações no valor de trezentos mil euros, de várias vias, onde estava incluída a EM 596, contudo só na requalificação dessa via, com todos os tratamentos devidos o Município gastou quinhentos mil euros, demonstrando a forma e a visão que a Câmara tem tido nesses pontos.

Sobre a questão dos fundos, questionou a Vereadora Almerinda Belchior, como é que o faria se ao Município estava vedado, a colocação daquilo que não podia colocar, em termos legais.

A **Vereadora Almerinda Belchior**, esclareceu que aquilo que tinha dito relativamente à utilização dos fundos, tinha a ver essencialmente com o fazer o projeto para ajudar na fase da pandemia, aproveitando os fundos que pudessem vir.

O **Presidente da Câmara**, reiterou que o Município não podia, ??????, só se viessem valores para essa situação. Acrescentou que o Município tinha aprovado dois regulamentos, um para as questões essenciais da alimentação, outro para habitação, estando a preparar-se para fazer outro regulamento para o comércio, e esse assunto tinha sido falado na reunião do dia anterior, fazendo-o querer que quando falava para os Vereadores, parecia que não o ouviam.

Referiu que poderia não ser vista uma linha no orçamento, mas nos mapas existiam essas linhas de apoio.

Afirmou que o orçamento estava preparado para receber, acréscimos se se tornar necessário, com a transferência de saldo de gerência de forma a fomentar o apoio social, assim como não houve qualquer tipo de problema em ajustar o orçamento anterior e continuar com os investimentos.

O **Vereador António Mota**, disse que em defesa da honra, não permitia que o Presidente dissesse que os Vereadores não o ouviam assim como também não tolerava que pessoas com a formação que tinham, deixassem passar erros como aqueles que tinha detetado no documento. Acrescentou



Oliveira do Bairro câmara municipal

que com o tipo de discurso do Presidente dirigido aos Vereadores, inibia os mesmos de fazerem as suas intervenções. Solicitou que o Presidente da Câmara tratasse as pessoas com respeito e educação.

A **Vereadora Almerinda Belchior**, disse ser verdade que se tem aprovado uma série de medidas, com as quais concordava, mas na sua opinião, não via espelhado no orçamento, com o mesmo ênfase de outras situações, os apoios e as situações de ajuda no âmbito da pandemia, independentemente de algumas das questões, virem ou não a ser integradas nalgum tipo de financiamento.

Reiterou que, por parte da Câmara deveria aparecer um projeto mais conciso para essa situação, porque o que estava no orçamento, eram intenções que não sabia exatamente de quê.

O **Presidente da Câmara**, referiu que face à apresentação dos números e face à apresentação do orçamento não era possível colocar valores concretos para medidas concretas.

A **Vereadora Helena Soares**, disse que relativamente ao reparo que o Presidente da Câmara tinha feito à sua justificação da intenção de voto, pela falta de tempo de análise da documentação, lembrou que os documentos tinham sido enviados na terça-feira, ao final da tarde, foram entregues em suporte de papel, na quarta-feira da parte da tarde, tendo ocorrido uma reunião de Câmara no dia anterior da parte da tarde, e na presente data de manhã, a discussão do orçamento e por esse motivo não teve oportunidade de analisar o documento convenientemente para o votar em consciência.

Afirmou que o seu voto, estava em conformidade com o partido que representava, assim como a sua posição pessoal.

O **Presidente da Câmara**, reiterou que a documentação foi entregue dentro dos prazos legais, e por cortesia foi entregue o documento em formato papel.

O **Vice-Presidente da Câmara**, reportando-se aos prazos de entrega da documentação, disse que da sua experiência de mandatos anteriores, lamentava que na presente discussão do orçamento, se lamentasse o pouco tempo de análise dos documentos, quando esse tempo de análise era rigorosamente o mesmo que vinha do passado, ou seja, sempre foi pratica habitual e não se recordava em anos anteriores ter havido essa preocupação.

Afirmou que, durante os vários anos que tinha estado no lado da oposição, também tinha detetado uma série de gralhas em documentos, e não era feito tanto alarido, confirmando que as mesmas não deveriam acontecer, mas por vezes aconteciam pelos timings de elaboração dos documentos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com o voto contra dos Vereadores António Mota, Helena Soares e Almerinda Belchior, o seguinte:

1.º - Subscrever a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 e Mapa de Pessoal que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal, com vista à competente aprovação, nos termos da alínea a) e o) do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Pelo **Vereador António Mota**, foi apresentada uma declaração de voto verbal, dizendo que a sua votação se prendeu com o enunciar de projetos e depois a verificação da sua impossibilidade de execução quando se chegava aos mapas e também pela existência da gralha por si detetada, tinha algumas dificuldades em acreditar que o documento estivesse elaborado de acordo com a legislação em vigor.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 166 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO E SALA DE EXPOSIÇÕES DA FREGUESIA DE OIÃ.....

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de introduzir o assunto.

O **Presidente da Câmara**, informou que iria fazer uma apresentação do presente ponto e do seguinte uma vez que os mesmos estavam interligados.

Informou que até ao momento, era a Junta de Freguesia de Oiã a suportar todos os custos inerentes à utilização do espaço, com a exceção da eletricidade, que era suportada pelo Município. Acrescentou que todas as associações do Concelho, tinham direito a utilizar o Quartel das Artes de forma graciosa e como o Auditório da Junta de Oiã, também era utilizado por outras associações que não só as da Freguesia de Oiã.

Assim, foi entendimento elaborar um regulamento de utilização daquele espaço e também a realização do contrato interadministrativo com a entidade que já geria o espaço, quantificando-se dessa forma os valores com os gastos tidos com as atividades lá existentes, nomeadamente técnico de som, limpeza do espaço de forma a salvaguardar que a Junta de Freguesia consiga dar resposta às despesas inerentes.

Esclareceu que dessa forma, as associações do Concelho, poderiam usufruir daquele espaço da mesma forma que usufruíam do Quartel das Artes, com técnico de som gratuito, com a limpeza do espaço garantida.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com o voto contra da Vereadora Helena Soares, o seguinte:

1.º - Aprovar o Projeto de “Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Auditório e Sala de Exposições de Oiã”, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k) do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

2.º - Submeter o supracitado Regulamento à aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do n.º 1 do art.º 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

3.º - Em caso de aprovação, promover a sua publicação nos termos dos artigos 139.º e 140.º do



Código do Procedimento Administrativo.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 167 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO PARA A DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA GESTÃO DO AUDITÓRIO E SALA DE EXPOSIÇÕES DE OIÃ NA JUNTA DE FREGUESIA DE OIÃ – AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com o voto contra da Vereadora Helena Soares, o seguinte:

1.º - Aprovar a minuta do “Contrato Interadministrativo da Delegação da Competência da Gestão do Auditório e Sala de Exposições de Oiã” na Junta de Freguesia de Oiã, nos termos e ao abrigo do previsto na alínea g) do n.º 1 do art.º 9.º, das alíneas i) e j) do n.º 1 do art.º 16.º, da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º, das alíneas l) e m) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 338.º do CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;

2.º - Remeter a Proposta de Contrato Interadministrativo da Delegação da Competência da Gestão do Auditório e Sala de Exposições de Oiã” à Assembleia Municipal para efeitos da competente autorização, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e autorização para assunção dos respetivos compromissos plurianuais.....

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELA DIVISÃO FINANCEIRA, DE GESTÃO E PATRIMÓNIO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 08/2012, DE 21 DE FEVEREIRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com o voto contra da Vereadora Helena Soares, aprovar e subscrever a Informação da Divisão Financeira de Gestão e Património datada de 19 de novembro de 2020, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, nos exatos termos exarados e remeter o assunto à Assembleia Municipal com vista à competente autorização. .

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **26 de novembro** do ano de **2020**, do qual constam os seguintes dados e valores:.....

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **3.468.057 Euros e 33 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **591.961 Euros e 36 Cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **4.060.018 Euros e 69 Cêntimos**



Oliveira do Bairro câmara municipal

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Técnico Superior, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Maria Helena Simões da Rocha Soares



Oliveira do Bairro câmara municipal

Almerinda Nogueira Belchior